

Análise do currículo de uma Licenciatura em Pedagogia com foco nas identidades de gênero e nos direitos humanos

BRUNO GOMES PEREIRA*

THIAGO SARTORI**

Resumo: Esse artigo tem o objetivo de identificar questões de identidades de gênero e direitos humanos no currículo de uma Licenciatura em Pedagogia ofertada por uma instituição de ensino superior localizada na grande São Paulo. A fundamentação teórica está alojada no campo investigativo das Políticas Públicas Curriculares em interface com a Formação de Professores, sendo esta última vertente recorrente nas discussões travadas no âmbito da referida licenciatura. A metodologia é do tipo documental, pois analisamos o Projeto Pedagógico de Curso (PPC) da Pedagogia a partir de uma abordagem qualitativa. A pesquisa revela pouca aderência curricular no que compete às questões de gênero e diversidade sexual, uma vez que as poucas disciplinas identificadas com aderência à referida temática estão previstas como optativas, o que abre a possibilidade de formação do pedagogo sem que ele, necessariamente, tenha discutido estas temáticas de maneira significativa.

Palavras-chave: Currículo; Formação de Professores; Gênero.

Analysis of the curriculum of a degree in Pedagogy focusing on gender identities and human rights

Abstract: This article aims to identify issues of gender identities and human rights in the curriculum of a Degree in Pedagogy offered by a higher education institution located in greater São Paulo. The theoretical foundation is housed in the investigative field of Curricular Public Policies in interface with Teacher Training, the latter being a recurrent aspect in discussions held within the scope of the aforementioned degree. The methodology is of a documentary type, as we analyze the Pedagogical Course Project (PCP) of Pedagogy from a qualitative approach. The research reveals little curricular adherence with regard to issues of gender and sexual diversity, since the few subjects identified with adherence to the aforementioned theme are planned as optional, which opens up the possibility of training the pedagogue without him necessarily having discussed these themes in a meaningful way.

Key words: Curriculum; Teacher training; Genre.



* BRUNO GOMES PEREIRA é Doutor em Ensino de Língua e Literatura (Estudos Linguísticos) - (UFT).



** THIAGO SARTORI é Doutorando em Mudança Social e Participação Política (USP).

Introdução

Muito tem se discutido acerca das questões de gênero, as quais têm suscitado no bojo de uma sociedade dita “líquida”, nos termos de Bauman (2008; 2004). Partimos do pressuposto de que os movimentos sociais mais contemporâneos têm reverberado problemáticas historicamente silenciadas em razão de padrões culturais e comportamentais já cristalizados.

A partir disso, tem-se percebido que o contexto acadêmico tem se movimentado para debater temáticas que envolvem grupos marginalizados, ao considerar que estes apresentam um percurso de minimização, o qual parece ter chegado ao fim. Inserimos aqui as questões voltadas às identidades de gênero e direitos humanos, as quais apresentam-se como objetos de investigação pertinentes a todas as áreas do conhecimento humano, sobretudo no que compete ao campo das Ciências Humanas e Sociais, com vistas também à diminuição do silenciamento que este tema sofreu por anos (Scott, 2012; Piscitelli, 2009; Varikas, 1994).

O termo “silenciamento”, utilizado neste artigo, tem sua noção semântica fundamentada nas pesquisas da Filosofia da Linguagem, em que assume postura contrária à ideia de “vozeamento”. Nos estudos enunciativos da linguagem, a dicotomia *silenciamento versus vozeamento* constitui-se a partir da concepção de ressignificação de discursos pré-concebido no eixo cultural de um povo, os quais agregam percepções de empoderamento de um grupo social em detrimento do outro (Pereira, 2020; Mey, 2014; Mey, 2001; Mey, 1998; Bakhtin, 1984).

Utiliza-se o termo “identidades de gênero”, sempre no plural, como demonstrações de (auto) representações do homem a partir do local de fala que assume dentro de uma situação interativa. Em outras palavras, trata-se de uma maneira metonímica de referência ou autorreferência que o homem adota a partir da concepção de gênero como algo social e culturalmente construído (Sartori; Pereira, 2022a; Sartori; Pereira, 2022b; Castro, 2018; Castro, 2010).

Logo, algo dinâmico e processual. Nesse contexto, torna-se pertinente a visão de pluralização do homem como ator social¹. Este raciocínio parte da premissa de que pode assumir diferentes olhares sobre o outro e sobre si mesmo, considerando sempre uma construção ideológica da qual faz parte (Sartori; Pereira, 2022a; Sartori; Pereira, 2022b; Castro, 2018; Castro, 2010).

No que concerne ao campo da educação, as discussões sobre identidades de gênero têm se mostrado ainda mais latentes, ao se considerar que o processo de vozeamento ou silenciamento articula-se, de maneira mais certa, às concepções de libertação e desdobramento político do estado. Isso, por sua vez, parece tornar as modificações mais morosas na prática curricular, pois a excessiva burocratização dos procedimentos parece se constituir a partir de uma disparidade de poder, capaz de enfatizar a segregação entre grupos (Sartori; Pereira, 2022a; Sartori; Pereira, 2022b; Sartori, 2022; Sartori, 2020).

As chamadas Políticas Públicas Educacionais (PPE), especialmente nas licenciaturas, parecem apontar para o

¹ Optou-se pela nomenclatura “atores sociais” em detrimento de “sujeitos sociais”, pois entendemos que o homem assume papel de

protagonista dos processos interativos de construção de imagem e autoimagem, a partir de uma postura ativa e não paciente (Latour, 2012).

desencontro entre teoria e prática transformadora, uma vez que as adequações curriculares parecem não acompanhar a rapidez das discussões teóricas sobre identidades de gênero (Sartori; Pereira, 2022a; Sartori; Pereira, 2022b; Sartori, 2022; Sartori, 2020).

Diante de tudo isso, pode-se dizer que o objetivo deste trabalho é identificar a perspectiva de gênero e direitos humanos no currículo de uma Licenciatura em Pedagogia ofertada por uma instituição de ensino superior localizada na grande São Paulo. Isso, por sua vez, nos induz a levantar as seguintes hipóteses:

H1: Há, nos cursos de formação de professores, uma necessidade em se discutir questões sobre gênero e diversidade sexual, partindo da premissa de que tais temáticas podem colaborar na formação profissional de um docente mais engajado em causas de valorização de minorias. Isso pode induzi-lo a adotar uma postura de respeito diante da diversidade que constitui a anatomia de uma sala de aula em consonância com iniciativas capazes de minimizar episódios de violência homofóbica em contextos da educação formal.

H2: O currículo da licenciatura ainda agrega a predominância de um olhar tecnicista, historicamente marcado por um modelo de sociedade tradicional e heteroformativa. Quando nos referimos à formação docente, entendemos que essa realidade não está em conformidade com as atuais demandas sociais, pois o homem contemporâneo deve estar em contato com as transformações mais recentes no bojo social.

A fundamentação teórica é constituída por trabalhos que dialogam com formação docente (Lüdke; Boing, 2012; Diniz-Pereira, 2011; Nóvoa, 2009; Lüdke, 2001; Tardif, 2000) e PPE (Resende; Silva, 2016; Daniliauskas,

2011; Araújo, 2003; Alves, 2002). Acreditamos que essa confluência teórica é representativa na complexificação do objeto de investigação aqui delineado.

A partir desta delimitação, é possível delimitar a seguinte pergunta de pesquisa: *Como identificar questões de identidades de gênero e direitos humanos no currículo de uma Licenciatura em Pedagogia ofertada por uma instituição de ensino superior localizada na grande São Paulo?*

Na tentativa de responder a esta pergunta, optou-se por uma investigação do tipo documental e de abordagem qualitativa (Pereira; Angelocci, 2021; Sá-Silva *et al*, 2009; Bortoni-Ricardo, 2008; Cellard, 2008). Entende-se dessa maneira, pois foi analisado o Projeto Pedagógico de Curso (PPC) com o intuito de identificar no referido documento a presença de componentes curriculares que dialogassem com questões voltadas a gêneros e aos direitos humanos de alguma maneira.

A pesquisa documental é caracterizada pelo tratamento acadêmico-científico a um documento que ainda não tenha sido submetido a um procedimento desta natureza. Ao analisar o PPC da Pedagogia, optou-se pela noção de documento como uma ferramenta social que tem condições de representar o comportamento humano dentro de um recorte de tempo e espaço. Analisando o referido documento, foi possível entender de que a maneira a formação do pedagogo proposto por uma instituição de ensino pode representar também as demandas sociais do contexto espacial (Pereira; Angelocci, 2021).

Foi escolhida uma instituição de ensino superior de grande porte, localizada na cidade de São Paulo. Isso, por sua vez, colabora para o entendimento

sociopragmático em que o PPC atua e se significa. Considerou-se a disponibilidade de todos os componentes curriculares, atentando aos seus respectivos e mentários, na busca de indícios que pudessem evidenciar algum tipo de diálogo explícito com os Direitos Humanos e as questões de gêneros simultaneamente.

A pesquisa revela pouca aderência curricular no que compete às questões de gênero, o que nos parece um ponto que necessita de um olhar especial. Isso porque entendemos que a licenciatura seja um curso que agrega valores de suma importância à uma formação docente mais politicamente engajada e, com isso, mais propícia à discussão sobre minorias.

Espera-se que este trabalho possa render desdobramentos em outros momentos de diálogos acadêmicos. Além disso, deseja-se que pesquisadores da educação e de áreas afins sintam-se convidados a problematizarem mais densamente a referida temática.

O Currículo nas Licenciaturas

As PPE no Brasil são constituídas a partir de um conjunto de normas que, de maneira sistematizada, garantem a estrutura e o funcionamento educacional em todos os níveis. Nesse sentido, consideram-se as PPE como um campo de macro organização de sistemas, os quais se interconectam e se responsabilizam por manter a ordem do funcionamento dos mecanismos políticos que regem a educação brasileira (Araújo, 2003; Alves, 2002).

É possível afirmar que as PPE constituem objetos de pesquisa inerentemente interdisciplinares, visto que o funcionamento da educação brasileira demanda olhares voltados à legislação, à interrelação entre atores sociais, às demonstrações de poder e a toda uma gama de tematizações socialmente construídas. Estas, por sua vez, são semiotizadas a partir do local de pesquisa assumido pelo investigador (Hanks, 2008; Bourdieu, 1989).

A ideia de “interdisciplinaridade” assumida na abordagem teórica deste artigo condiz com as colaborações de Fazenda (2008) e Lima (2008) ao identificarem um movimento de fluidez entre os saberes humanos no processo de constituição da busca pela verdade científica. Para os autores, ao adotar uma postura holística entre os conhecimentos que constituem o homem enquanto ser social, estão mais propícios a construir olhares complexos² acerca do mesmo objeto analisado.

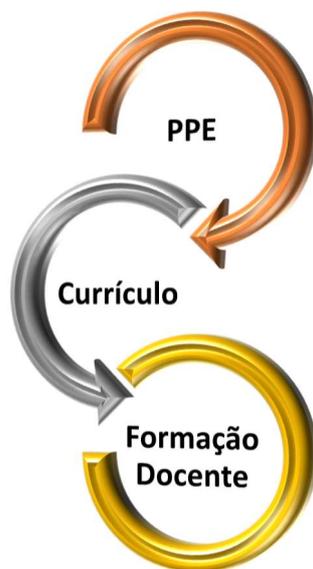
Partindo da premissa interdisciplinar proposta acima, foi proposto este mapeamento teórico. O diálogo feito aqui é estabelecido a partir da zona fronteira entre formação de professores e PPE. Os conhecimentos ora mencionados são tratados saberes que constituem o leque intelectual do homem enquanto ator social academicamente engajado e não como disciplinas.

A partir disso, considere a Figura 01. Nela, apresentamos os diálogos teóricos possíveis entre os saberes humanos que trazemos a discussão.

² A complexidade a qual se faz referência é a mesma cunhada por Morin (2011; 2005), ao

utilizá-la como consequência do princípio da relativização de olhares no campo científico.

Figura 01: Saberes acadêmicos mobilizados



Fonte: Dos Autores

A figura ilustra o movimento dialógico entre os saberes acadêmicos mobilizados no bojo deste trabalho. Trata-se de uma representação imagética em que é possível identificar três (03) esferas que parecem manter uma relação conversacional contínua, em que não é possível saber no momento de início e o momento de fim das movimentações, algo sugerido pelo uso das setas.

Há uma relação entre PPE e formação docente intermediada pelo currículo. Este é indicado como instrumento de materialização do funcionamento da PPE no Brasil, operando em conformidade com as diretrizes atuantes na formação de professores. Sobre o currículo no atual cenário da educação superior, temos o CNE/CP n.º 2, de 1º de julho de 2015 e a Resolução CNE/CP n.º 2, de 20 de dezembro de 2019, as quais estabelecem as diretrizes nacionais para a formação de professores, sendo referência à construção dos currículos das licenciaturas.

De acordo com estas resoluções, é necessário apresentar diretrizes comuns às políticas curriculares da educação superior, com foco no desenho curricular das licenciaturas e formações pedagógicas. Com isso, estes documentos regulam aspectos curriculares da formação inicial do professor e também da sua formação continuada (Brasil, 2019; Brasil, 2015).

Entende-se o currículo como um espaço de demanda de poder, em que o vozeamento de um determinado grupo social provoca, conseqüentemente, o silenciamento de outro grupo. Nesse sentido, o currículo deixa a visão passiva de documento político em que esboça as disciplinas a serem cursadas na licenciatura e assume uma postura mais política e ideologicamente engajada (Arroyo, 2013; Silva, 2006; Sacristán, 2000).

Quando o currículo é adotado como constituinte indispensável à formação dos professores, este é visto como uma

ferramenta ideológica das ações acometidas por um grupo dominante dentro de um dado recorte de tempo e espaço. A estrutura curricular assume lugar de protagonista de um eixo interativo entre enunciadores, de maneira a representar o perfil de docente que aquele determinado sistema pretende construir (Arroyo, 2013; Pacheco, 2009).

É nesse sentido que foram correlacionadas as PPE do Brasil à formação de professores, pois o currículo passa a ser entendido como uma representação física da ideologia maior em que os atores sociais se relacionam e, com isso, constroem o cenário educacional do país (Arroyo, 2013; Pacheco, 2009).

Na Figura 01, na esfera de cor laranja, identifica-se a localização das PPE. Destas, nos interessamos pela sua noção de coletividade que se desdobra a partir da noção de individualidade. Nesse âmbito, são elencadas algumas normas que visam assegurar a resolução política e legal do funcionalismo da educação. Assim, refere-se ao conjunto sistematizado de regras que asseguram a aplicabilidade das normas que estruturam o sistema educacional brasileiro (Resende; Silva, 2016; Daniliauskas, 2011; Araújo, 2003; Alves, 2002).

Dentro disso, os cursos de licenciaturas parecem se constituir a partir da visão dicotômica *teoria versus prática*, latente nas aulas expositivas no contexto universitário. Não raramente, é possível se deparar com discursos de professores em formação inicial que dão conta daqueles componentes curriculares que seriam práticos em detrimento daqueles que seriam teóricos (Resende; Silva, 2016).

Esta separação, inconscientemente, aponta para uma visão segregadora já institucionalizada no olhar do acadêmico da licenciatura, dando a entender que a prática não convive com a teoria. Esta segregação tende a ser transferida para toda a PPE, o que pode justificar o silenciamento de minorias na estrutura política do currículo brasileiro (Resende; Silva, 2016; Daniliauskas, 2011; Araújo, 2003; Alves, 2002).

Ainda conforme a Figura 01, na esfera de cor laranja, identifica-se a localização da formação docente. Desta, este estudo se interessa pelas discussões sobre formação inicial do professor, considerando-a como algo processual e socialmente galgado nas projeções curriculares. Nesse sentido, a formação docente inicial é caracterizada como um período de conhecimento teórico essencial ao desempenho prático do acadêmico da licenciatura (Lüdke; Boing, 2012; Diniz-Pereira, 2011).

Para isso, a descrição de sua base curricular é definitiva para que seja possível entender o perfil de profissional que será encaminhado ao mercado de trabalho. Além disso, tal perspectiva muito explica as condições de postura que o recém professor assume em situações rotineiras, as quais são estabelecidas a partir de questões que versam sobre diversidade e respeito (Lüdke; Boing, 2012; Diniz-Pereira, 2011; Nóvoa, 2009; Lüdke, 2001; Tardif, 2000).

A formação inicial do professor mantém uma relação direta com as informações contidas no seu currículo. Isso porque o desenho curricular de uma licenciatura serve como uma espécie de vitrine no que concerne ao perfil do professor, sua ênfase e pré-disposição a uma especialização futura, bem como as ferramentas que provavelmente irá mobilizar na sua atuação como ator

social (Lüdke; Boing, 2012; Diniz-Pereira, 2011; Nóvoa, 2009; Lüdke, 2001; Tardif, 2000).

Em suma, compreende-se que toda a conjuntura teórica mobilizada parece convergir para um lugar: o currículo enquanto representação do perfil do docente a ser formado. Para tanto, é necessário problematizar a relação entre o currículo e os componentes curriculares que o sistematiza.

Construção do Percorso Metodológico

A licenciatura focalizada neste artigo é ofertada por uma instituição pública de ensino superior de grande porte³, localizada no Estado de São Paulo. Esta, por sua vez, constitui-se como universidade multicêntrica, de modo a ofertar cursos superiores voltados às áreas de Ciências Humanas, Ciências Sociais, Ciências Exatas, Ciências Sociais Aplicadas e Ciências da Saúde, as quais são institucionalizadas por meio de licenciaturas e bacharelados.

A cidade de São Paulo é considerada a maior potência financeira do país, considerando seu intenso fluxo populacional, bem como o seu expressivo número de empresas e indústrias, responsáveis por empregar boa parte da população brasileira, direta ou indiretamente. Além disso, é considerada um dos municípios mais populosos do mundo, apresentando um índice demográfico de 12,33 milhões, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020).

O curso de formação de professor escolhido para oferecer os dados para tratamento nesta pesquisa é a Licenciatura em Pedagogia, um dos mais antigos cursos de formação pedagógica,

com larga tradição no ramo da discussão pedagógica e da percepção científica das relações estabelecidas no bojo da sala de aula (Pereira, 2014; Tardif, 2000).

A Licenciatura em Pedagogia tem sua origem articulada à necessidade de se profissionalizar a mão-de-obra para trabalho escolar nas séries iniciais. No entanto, nos últimos anos, o perfil do pedagogo tem se firmado como essencialmente social, partindo do princípio de que sua atuação em ambientes escolares formais passou a ser visto como uma possibilidade de atuação profissional diante de vários outros tentáculos mercadológicos (Angelocci; Pereira, 2021).

No contexto desta investigação, analisou-se o PPC da referida licenciatura com o objetivo de identificarmos componentes curriculares em que as questões sobre identidades de gênero pudessem ser assuntos latentes. Entende-se que as referidas temáticas são basilares na construção profissional de um docente em formação, pois a diversidade ainda é vista como um tabu nas escolas brasileiras (Sartori, 2020; Castro, 2018; Castro, 2010).

Nesse sentido, pode-se afirmar que o tipo de pesquisa adotado nessa investigação é de natureza documental, visto que estamos entendendo o PPC da Licenciatura em Pedagogia como documento capaz de semiotizar práticas discursivas e ideológicas na formação inicial do professor. Além disso, o PPC constitui um material passivo de tratamento científico, porém pouco efetivado no contexto da pesquisa científica (Pereira; Angelocci, 2021; Sá-Silva *et al*, 2009; Bortoni-Ricardo, 2008; Cellard, 2008).

³ Por motivos éticos, optou-se por não revelar o nome da instituição de ensino superior aqui focalizada.

A abordagem de investigação é qualitativa, pois escolheu-se o teor intersubjetivo para delimitarmos julgamentos de valores no momento do tratamento dos dados. Esta abordagem é essencial aos estudos em Ciências Humanas, partindo do pressuposto de que exige do pesquisador um olhar sensível sobre a construção de sentidos sociais a partir da interação dos dados e os enunciadores que deles fazem uso (Pereira; Angelocci, 2021; Bortoni-Ricardo, 2008).

Por fim, o delineamento da metodologia se baseou em dois momentos. No primeiro, escolheu-se a instituição e a Licenciatura que funcionariam como *locus* de coleta dos dados. Depois, identificou-se a presença, ou não, de componentes curriculares que agreguem discussões sobre identidades de gênero. Defendemos a ideia de relativização das leituras científicas, que devem levar em consideração todos os procedimentos metodológicos mencionados.

Resultados e Discussão

Neste tópico, há os resultados de pesquisa identificados no percurso de coleta do *corpus*. Para tanto, reitera-se que os dados foram obtidos por intermédio da análise e descrição do PPC de uma Licenciatura em Pedagogia, ofertada por uma instituição de ensino superior público e multicêntrico, localizada na capital do Estado de São Paulo. A ideia era identificar componentes curriculares que pudessem

viabilizar discussões acadêmicas acerca de identidades de gênero no bojo da formação inicial do professor.

A Licenciatura em Pedagogia ora focalizada apresenta uma carga horária total de 3.240 (três mil, duzentas e quarenta) horas, as quais são distribuídas em oito (08) semestres letivos, compreendendo uma duração de quatro (04) anos. Tais dados são importantes para a compreensão dos dados tabulados a seguir, pois compreendermos a logística de oferta da licenciatura pode nos ajudar no momento da construção de juízo de valores acerca do mapeamento realizado.

Após a análise do PPC da Licenciatura em Pedagogia, identificou-se apenas três (03) componentes curriculares que estabelecem diálogo direto com as temáticas sobre identidades de gênero. Ao considerar que este curso tem duração de oito (08) semestres letivos, é possível afirmar que a existência de três disciplinas pode demonstrar uma estrutura curricular ainda incipiente no que compete às discussões sobre minorias na atual conjuntura social.

Abaixo, no Quadro 01, elenca-se os componentes curriculares identificados no percurso de análise e descrição do PPC da licenciatura. O esquema é constituído por quatro (04) linhas e duas (02) colunas. Estas últimas, por sua vez, apresentam o componente curricular identificado no PPC, seguido da sua respectiva natureza⁴.

⁴ Estamos chamando de “natureza” a ordem de oferta da disciplina, a qual pode ser vista como obrigatória ou optativa, de acordo com o PPC.

Quadro 01: Disciplinas ofertadas

Componente Curricular	Natureza
Relações de Gênero e Educação I: trabalho, educação e gênero	Optativa
Relações de Gênero e Educação II: escola e relações de gênero	Optativa
Multiculturalismo, Direitos Humanos e Educação: temas contemporâneos	Optativa

Fonte: PPC (2019; p. 42)

De acordo com o quadro acima, a triagem feita do PPC nos permitiu identificar as seguintes disciplinas com foco nas identidades de gênero: a) *Relações de Gênero e Educação I: trabalho, educação e gênero*; b) *Relações de Gênero e Educação II: escola e relações de gênero*; e c) *Multiculturalismo, Direitos Humanos e Educação: temas contemporâneos*. Todas elas são ofertadas em um regime regular/semestral, porém têm natureza optativa.

As disciplinas optativas são caracterizadas pela flexibilidade de sua oferta, estando a critério do professor em formação inicial cursá-la ou não. Caso este demonstre interesse por algum dos componentes curriculares, poderá cursá-lo em qualquer semestre letivo em que se encontra. Entretanto, o acadêmico pode optar por outra disciplina, da mesma carga horária. Isso, por sua vez, o isenta de conhecer a dinâmica e as discussões de uma disciplina optativa, sendo, pois, uma iniciativa das políticas públicas institucionais.

Do ponto de vista funcionalista da educação, trata-se de um procedimento usual em grandes centros universitários, em que a integralização da carga horária total da licenciatura deve ser prevista pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB), em conformidade com o PPC do curso. Em outras palavras, trata-se de um procedimento legal e usual no campo das

PPE, desde que, de toda forma, a carga horária destinada aos componentes curriculares optativos seja cumprida pelo acadêmico (Resende; Silva, 2016; Daniliauskas, 2011; Araújo, 2003; Alves, 2002).

Por outro lado, já do ponto de vista da formação docente, a escolha pelos referidos componentes curriculares enquanto disciplinas optativas podem gerar prejuízos à formação inicial do acadêmico da licenciatura, pois a possibilidade de finalizar sua formação sem discutir acerca de temas basilares ao exercício da docência é demasiadamente grande.

É possível entender que a formação inicial do professor, sobretudo da Pedagogia, deve ser galgada em preceitos éticos e de respeito à diversidade, ao considerarmos o papel social que este profissional exercerá no contexto da formação formal (Lüdke; Boing, 2012; Diniz-Pereira, 2011; Nóvoa, 2009; Lüdke, 2001; Tardif, 2000).

A categorização destas disciplinas como optativas ocasiona uma espécie de vozeamento parcial, uma vez que as vozes das menores podem não estar sendo ouvidas da maneira como poderiam estar. A simples ofertada dos referidos componentes curriculares não garante o empoderamento de pessoas que pertencem à comunidade LGBTQIA+, visto que continuam

ocupando lugares de submissão ou de inferioridade em relação aos demais espaços do currículo (Pereira, 2020; Mey, 2014; Mey, 2001; Mey, 1998; Bakhtin, 1984).

No Quadro 01, as disciplinas “Relações de Gênero e Educação I: trabalho, educação e gênero” e “Relações de Gênero e Educação II: escola e relações de gênero” parecem apresentar similaridades em seu escopo. Isso porque ambas são ofertadas com uma proposta de continuidade, o que assegura a oferta da segunda condicionada à ofertada da primeira.

Tais componentes curriculares propõem discussões acerca da concepção pluralista e social de gênero a partir das especificidades de contextos educativos. Nesse contexto, podem ser levados em consideração questões de gênero na educação infantil, nicho de atuação do pedagogo que deseja se tornar alfabetizador, bem como nos demais níveis da educação, os quais admitem a presença latente do profissional da Pedagogia.

Discutir sobre questões de gênero nos meandros da educação já é algo presente. O que falta é preparar os professores em formação inicial da Pedagogia para saberem lidar com isso na prática e, com isso, viabilizar o seu trabalho. Nesse sentido, as PPE parecem caminhar, ainda que a passos lentos, para implantação de alternativas institucionais que possam colaborar com a prática do pedagogo no contexto da educação infantil (Castro, 2010).

Há uma tentativa de realocização⁵ das discussões de gênero no contexto do trabalho pedagógico formal, o que, de alguma maneira, parece consistir em um

apagamento das identidades de gênero em outros domínios sociais em que o pedagogo também pode exercer seu papel profissional. O apagamento ao qual fazemos referência é camuflado pela difusão do discurso de avanço das PPE, de modo a levar as pessoas a se satisfazerem com deturpações no seu processo formativo (Pereira, 2020; Mey, 2014; Mey, 2001; Mey, 1998).

No Quadro 01, identificou-se a presença da disciplina “Multiculturalismo, Direitos Humanos e Educação: temas contemporâneos”, que resgata a presença dos direitos humanos como estratégia de resistência de minorias em contextos de segregação social. Nesse caso, os direitos humanos são percebidos como uma filosofia do bem-estar social, que se desenvolve a partir da ideia de reagregação de grupos ou pessoas deixadas à margem por se distanciarem da noção de padronização cristalizada ali (Sartori, 2022; Sartori, 2020; Carvalho, 2007; Candau, 2003).

Esta disciplina se desenvolve a partir da articulação entre direitos humanos e multiculturalismo, sendo este último caracterizado pela convivência entre diferentes culturas dentro do mesmo espaço. No caso, este espaço seria a escola ou qualquer outra instituição de educação formal. As noções de diversidade sexual e respeito coletivo podem ser trabalhadas nessa disciplina, de maneira que os direitos humanos possam colaborar na formação de um pedagogo mais consciente do seu papel social (Sartori; Pereira, 2022b; Sartori, 2022; Sartori, 2020; Carvalho, 2007; Candau, 2003).

As PPE devem entender os direitos por um viés interdisciplinar, uma vez que é

saberes e discursos a partir de uma ideologia local.

⁵ A ideia de realocização utilizada neste artigo é com base em Penycook (2010), quando afirma que realocar é, na verdade, ressignificar

essencial na constituição anatômica de um profissional em formação. Além disso, entendemos que a docência é uma atividade genuinamente social, o que significa dizer que a figura do outro é basilar para se compreender as relações e desenvolvê-las de maneira ética e respeitosa (Sartori, 2022; Sartori, 2020; Carvalho, 2007; Candau, 2003).

Ainda há muito o que se modificar no cenário da formação docente no que compete à presença de temas e disciplinas ligadas às identidades de gênero. Entende-se que estamos passando por momentos de transição de paradigmas e, por isso, questionamentos como estes que foram feitos aqui são motivadores de mudanças mais consistentes e rápidas.

Considerações finais

Neste artigo, apresentou-se um mapeamento de disciplinas, conforme o PPC da licenciatura focalizada, as quais dialogam diretamente com questões sobre identidades de gênero no contexto da formação inicial do professor de Pedagogia. Portanto, foram consideradas as orientações das PPE, as quais regem toda a estrutura e o funcionamento da educação no Brasil.

A partir do que elencamos neste trabalho, é necessário retomar à pergunta de pesquisa deste artigo, esboçada na introdução: *“Como identificar questões de identidades de gênero e direitos humanos no currículo de uma Licenciatura em Pedagogia ofertada por uma instituição de ensino superior localizada na grande São Paulo”*.

A referida problemática de investigação foi devidamente respondida no decorrer da discussão travada neste artigo, especialmente na seção de resultados e discussão, em que foi-nos permitido identificar três (03) componentes curriculares na estrutura curricular de

uma Licenciatura em Pedagogia. Tais disciplinas são ofertadas em uma dinâmica optativa, a qual se encarrega viabilizar o acesso, mas sem oportunizar grandes oportunidades de troca de sentidos sobre identidades de gênero no âmbito da formação inicial.

Estes resultados revelam um currículo em transição, o qual ainda se mostra bastante prezo aos ideias curriculares tradicionais, advindos de uma estrutura social heteroformativa. Em outras palavras, a licenciatura focalizada demonstra ser incipiente e embrionária no que compete a uma formação docente mais articulada com as atuais demandas sociais. Nesse caso, a noção de currículo como espaço de conflito e de disputa de poder parece reforçar essa disjunção entre o que se espera do currículo da licenciatura e o que ele, de fato, oferece.

A descrição da matriz curricular da Licenciatura em Pedagogia reforça também o posicionamento dicotômico, historicamente marcado nos cursos de formação de professores. Há uma percepção de que teoria e prática não se misturam, já cristalizada socialmente. Esta, por sua vez, pode ser semiotizada de diversas formas, como, por exemplo, distanciando a concepção de gênero das demandas sociais emergentes, tal como mostraram os dados de pesquisa.

Em suma, espera-se que esta pesquisa possa servir como ponto de partida para o desenvolvimento de demais investigações similares. Isso agrega valores ao professor de formação docente, entendendo-o como algo genuinamente social e necessário ao bem-estar das relações humanas em contextos de ensino e aprendizagem.

Referências

ALVES, M. O FUNDEF e a Valorização do Magistério: uma análise em municípios

pernambucanos. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2002.

ANGELOCCI, M. A.; PEREIRA, B. G. Empreendedorismo e Gestão na Formação do Pedagogo Pós-moderno: Perspectivas da educação não escolarizada. **Revista da FAE**, v. 24, p. 1-17, 2021.

ARAÚJO, A. **Política Educacional e Participação Popular**: um estudo sobre esta relação no município de Camaragibe-PE. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2003.

ARROYO, M. G. **Currículo**: Território em disputa. Petrópolis/RJ: Vozes, 2013.

BAKHTIN, M. **Problems of Dostoevsky's Poetics**. London: University of Minnesota Press, 1984.

BAUMAN, Z. **Vida para o Consumo**: A transformação das pessoas em mercadoria. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2008.

BAUMAN, Z. **Amor Líquido**: sobre a fragilidade dos laços humanos. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2004.

BORTONI-RICARDO, S. M. **O professor pesquisador**: Introdução à pesquisa qualitativa. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Lisboa: Editora Bertrand Brasil, 1989.

BRASIL. **Resolução n. 2, de 1º de julho de 2015**. Ministério da Educação: Conselho Nacional de Educação, 2015.

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019**. Ministério da Educação: Conselho Nacional de Educação, 2019.

CANDAU, V. M. F. A Educação em direitos humanos no Brasil: realidade e perspectivas. In: CANDAU, V.M.F.; SCAVINO, S. (Org.). **Educar em direitos humanos**: construir democracia. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

CARVALHO, J. S. Uma idéia de formação continuada em educação e Direitos Humanos. In: SILVEIRA, R. M. G. *et al.* (Org.). **Educação e Direitos Humanos**: Fundamentos teóricos metodológicos. João Pessoa: Editora Universitária, 2007.

CASTRO, N. M. **Histórias de In/Exclusão na Escola: Análise Semiótica de Histórias de Vida e de Formação de Acadêmicos Homossexuais na UFT**. 2018. 177f. Tese de Doutorado (Doutorado em Ensino de Língua e Literatura).

Universidade Federal do Tocantins, UFT, Araguaína: TO, 2018.

CASTRO, N. M. **Representações de identidades de gênero e de sexualidade nos discursos de professores de educação infantil**. 2010. 123f. Dissertação de mestrado (Mestrado em Linguística Aplicada) Instituto de Estudos da Linguagem, IEL, Universidade Estadual de Campinas, Campinas: SP, 2010.

CELLARD, A. A Análise Documental. In: POUPART, J.; DESLAURIERS, J. P.; GROULX, L. H.; LAPERRIÈRE, A.; MAYER, R.; PIRES, A. P. **A Pesquisa Qualitativa**: Enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2008.

DANILIAUSKAS, M. **Relações de gênero, diversidade sexual e políticas públicas de educação**: uma análise do programa Brasil sem homofobia. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

DINIZ-PEREIRA, J. E. A Prática como Componente Curricular na Formação de Professores. **Revista Educação**, Santa Maria, n. 2, v. 36, p. 203-218, maio/ago. 2011.

FAZENDA, I. Interdisciplinaridade-Transdisciplinaridade: Visões culturais e epistemológicas. In.: FAZENDA, I (org.). **O que é Interdisciplinaridade?** São Paulo: Editora Cortez, 2008. p. 17-28.

HANKS, W.F. **Língua como Prática Social**: Das relações entre língua, cultura e sociedade a partir de Bourdieu e Bakhtin. São Paulo/SP: Cortez, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Brasileiro de 2020**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

LATOUR, B. **Reagregando o Social**: Uma introdução à teoria do Ator-Rede. Salvador/BA: EDUSC, 2012.

LIMA, S. R. A. de. Mais Reflexão, Menos Informação. In.: FAZENDA, I. (org.). **O que é Interdisciplinaridade**. São Paulo: Editora Cortez, 2008. p. 185-199.

LÜDKE, M. O Professor, seu Saber e sua Pesquisa. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, nº 74, Ano XXII, p. 77-96, abril/2001.

LÜDKE, M; BOING, L. A. Do Trabalho à Formação de Professores. **Cadernos de Pesquisa**. Nº 146, v. 42, p. 428-451. Maio/agosto, 2012.

- MEY, J. L. Sequencialidade, Contexto e Forma Linguística. In.: SILVA, D. N.; FERREIRA, D. M. M.; ALENCAR, C. N. (orgs). **Nova Pragmática: Modos de fazer**. São Paulo/SP: Cortez, 2014. p. 129-144.
- MEY, J. L. **As Vozes da Sociedade: Seminários de Pragmática**. Campinas/São Paulo: Mercado de Letras, 2001.
- MEY, J. L. **As Vozes da Sociedade: Letramento, consciência e poder**. In.: **DELTA**. vol.14, n.2. São Paulo, 1998.
- MORIN, E. **Introdução ao Pensamento Complexo**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2011.
- MORIN, E. **Ciência com Consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- NÓVOA, A. **Professores: Imagens do futuro presente**. Lisboa: EDUCA, 2009.
- PACHECO, J. A. Currículo: Entre Teorias e Métodos. **Cadernos de Pesquisa**, São Luís/MA, n. 137, v. 39, p. 383-400, maio/ago. 2009.
- PENNYCOOK, A. **Language as a Local Practice**. Routledge, 2010.
- PEREIRA, B. G. Analisi del Discorso sui media e delle voci sociali: Costruzione linguistica e ideologica dei fenomeni di massa in Brasile. **Latin American Journal of Development**, v. 2, p. 330-340, 2020.
- PEREIRA, B. G. **Professores em Formação Inicial no Gênero Relatório de Estágio Supervisionado: Um estudo em licenciaturas paraenses**. 2014. 136 f. Dissertação (Mestrado em Ensino de Língua e Literatura) – Universidade Federal do Tocantins, Araguaína, 2014.
- PEREIRA, B. G.; ANGELOCCI, M. A. **Metodologia da Pesquisa**. Pará de Minas (MG): Editora VirtualBooks, 2021.
- PISCITELLI, A. Gênero: a história de um conceito. In: ALMEIDA, H.; SZWAKO, J. E. (orgs.). **Diferenças, Igualdade**. São Paulo. Berleandis & Vertecchia, 2009, p.116-148.
- RESENDE, T. de F.; SILVA, G. F. da S. A relação família-escola na legislação educacional brasileira (1988-2014). **Ensaio: avaliação, políticas públicas e educação**, Rio de Janeiro, v.24, n. 90, p. 30-58, jan./mar. 2016.
- SACRISTÁN, J. G. **O Currículo: Uma reflexão sobre a prática**. 3ª Edição. Porto Alegre: Artmed, 2000.
- SARTORI, T. L. Análise da Educação Brasileira em Face ao Estudo da Sexualidade: Marginalização da Educação Sexual na BNCC. **Rev. Bras. Psico. e Educ.**, Araraquara, v. 23, n. 00, e022001, jan./dez. 2022.
- SARTORI, T. L.; PEREIRA, B. G. Percepções sobre Sociedade e Estado a partir da Semiótica: Olhares Enunciativos em Textos Sincreticos. **Revista FSA**, v. 19, p. 299-317, 2022a.
- SARTORI, T. L.; PEREIRA, B. G. Identidades de Gênero na Modernidade Líquida: Mapeamento de Políticas Públicas na Educação do Brasil. **Temática – Revista eletrônica de publicação mensal**, v. 09, p. 191-205, 2022b.
- SARTORI, T. L. **Educação, Direitos Humanos e Violência Homofóbica no Ambiente Escolar: A Concepção dos Gestores**. 2020. 130f. Dissertação de mestrado (Mestrado em Educação). Universidade Municipal de São Caetano do Sul, USCS, São Caetano do Sul: SP, 2020.
- SÁ-SILVA, J. R. *et al.* Pesquisa Documental: Pistas teóricas e metodológicas. In.: **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, Ano I, n. I. 2009.
- SCOTT, J. W. Os usos e abusos do gênero. **Projeto História**, São Paulo, n. 45, p. 327-351, dez. 2012.
- SILVA, T. T. da. **O Currículo como Fetiche: A poética e a política do texto curricular**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- TARDIF, M. Saberes Profissionais dos Professores e Conhecimentos Universitários. **Revista Brasileira de Educação**, Nº 13, v. [?], p. 5-24. 2000.
- UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Projeto Pedagógico de Curso da Licenciatura em Pedagogia**. São Paulo, 2019.
- VARIKAS, E. Gênero, experiência e subjetividade: a propósito do desacordo Tilly-Scott. **Cadernos Pagu**. Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero/UNICAMP, n.3, p.63-84, 1994.

Recebido em 2023-07-31
Publicado em 2023-10-20